

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL DE 2009 - 1º QUADRIMESTRE DE 2009**

**Antônio Waldez Góes da Silva**  
Governador

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	<b>955.621.078</b>	
Pessoal Ativo	938.074.050	
Pessoal Inativo	8.728.042	
Pensionista	8.818.986	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	<b>7.305.825</b>	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	6.571.558	
Despesas de Exercícios Anteriores	734.267	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	<b>948.315.253</b>	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		<b>948.315.253</b>
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	<b>2.354.896.695</b>	
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	40,27%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49%>	1.153.899.381	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <46,55%>	1.096.204.412	

**FONTE: SIPLAG/CCONT**

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

**Haroldo Vitor de Azevedo Santos**  
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Tesouro

**Ana Cristina Vasconcelos Bezerra**  
Auditora Geral do Estado em exercício

**Raimundo Jorge de Alcantara Penalber**  
Coordenador de Contabilidade

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAP**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL DE 2009 - 1º QUADRIMESTRE DE 2009**

**Antônio Waldez Góes da Silva**  
Governador

RGF - ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u><b>CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b></u>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009</b>		
		<b>Até o 1º Quadrimestre</b>	<b>Até o 2º Quadrimestre</b>	<b>Até o 3º Quadrimestre</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>247.217.357</b>	<b>237.457.551</b>		
Dívida Mobiliária				
Dívida Contratual	<b>104.822.430</b>	<b>99.697.932</b>		
Dívida Contratual de PPP	-			
Demais Dívidas Contratuais	104.822.430	99.697.932		
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)				
Operações de Crédito inferiores a 12 meses				
Parcelamentos de Dívidas				
De Tributos				
De Contribuições Sociais	<b>142.394.927</b>	<b>137.759.620</b>		
Previdenciárias	69.265.950	65.293.227		
Demais Contribuições Sociais	73.128.977	72.466.393		
Do FGTS				
Outras Dívidas				
<b>DEDUÇÕES (II)<sup>1</sup></b>	<b>149.887.792</b>	<b>380.591.302</b>		
Ativo Disponível	156.680.277	416.076.727		
Haveres Financeiros	132.983	132.983		
(-) Restos a Pagar Processados	6.925.462	35.618.402		
<b>OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC</b>	<b>-</b>			
Precatórios anteriores a 05/05/2000				
Insuficiência Financeira				
Outras Obrigações				
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>97.329.565</b>	<b>(143.133.751)</b>		
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>2.404.878.229</b>	<b>2.354.896.695</b>		
<b>% da DC sobre a RCL (I/RCL)</b>	<b>10,28%</b>	<b>10,08%</b>		
<b>% da DCL sobre a RCL (III/RCL)</b>	<b>4,05%</b>	<b>-6,08%</b>		
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO Nº 40/01 DO SENADO FEDERAL - &lt;200%&gt;</b>	<b>4.809.756.458</b>	<b>4.709.793.390</b>		

**FONTE: SIPLAG/CCONT**

<sup>1</sup> Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.  
Nota:

<sup>2</sup> O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avos) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avos) do excedente, é apresentado na coluna Redutor.

**Haroldo Vitor de Azevedo Santos**  
Secretário de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro

**Ana Cristina Vasconcelos Bezerra**  
Auditora Geral do Estado em exercício

**Raimundo Jorge de Alcantara Penalbe**  
Coordenador de Contabilidade

**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATORIO DE GESTAO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A ABRIL DE 2009 - 1º QUADRIMESTRE DE 2009**

**Antônio Waldez Góes da Silva**  
Governador

LRF, art. 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	948.315.253	40,27%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49%>	1.153.899.380,55	
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <46,55%>	1.096.204.411,52	
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	(143.133.751)	10,08%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.709.793.390	200%
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos		

**FONTE: SIPLAG/CCONT**

**Haroldo Vitor de Azevedo Santos**  
Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Tesouro

**Ana Cristina Vasconcelos Bezerra**  
Auditora Geral do Estado em exercício

**Raimundo Jorge de Alcantara Penalber**  
Coordenador de Contabilidade